

A constituição dos sujeitos da ocupação periférica*

Anderson Kazuo Nakano**

Thiago Andrade Gonçalves***

Antônio Marcos de Miranda Reis****

Resumo:

O objetivo deste texto é discutir o sujeito múltiplo, heterogêneo, coletivo e rizomático constituído em processos de subjetivação e em agenciamentos de lutas por um lugar de moradia. Nesse sentido, enfoca o sujeito da ocupação periférica constituído a partir de processos de subjetivação vividos em agenciamentos territoriais realizados em lutas por moradia e nas práticas de produção e apropriação de espaços urbanos periféricos da Região Metropolitana de São Paulo. Tais agenciamentos ocorrem, de um lado, nas ocupações de terras e imóveis ociosos empreendidas por diversos grupos que desejam um lugar de moradia e, de outro lado, na realização desse desejo com a conquista da moradia por meio da autogestão habitacional empreendida por militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1.

Palavras-chave: Subjetivação; Sujeito; Agenciamento; Ocupação Periférica.

The subjects of peripheral occupation constitution

Abstract:

The objective of this text is to discuss the multiple, heterogeneous, collective and rhizomatic subject constituted in processes of subjectivation and in agencies of struggles for a place of residence. In this sense, it focuses about peripheral occupation constituted from processes of subjectivation experienced in territorial agencies carried out in the struggles for housing and in practices of production and appropriation of peripheral urban spaces in the Metropolitan Region of São Paulo. Such agencies occur, on the one hand, in the occupations of idle land and buildings undertaken by several groups that want a place of housing and, on the other hand, in the realization of this desire with the conquest of housing through housing self-management undertaken by activists of the Landless Workers Movement East 1.

Keywords: Subjectivation; Subject; Agency; Peripheral Occupation.

* Recebido em 07 de maio de 2021. Aprovado em 02 de agosto de 2021.

** Pós-doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Doutor em demografia pelo Núcleo de Estudos de População do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (NEPO-IFCH-UNICAMP) e Mestre em estruturas urbanas ambientais pela FAU-USP. Docente na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), no Instituto das Cidades/Campus Zona Leste. End. eletrônico: kazuonakano@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1929-5270>.

*** Discente no curso de Geografia no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Campus Zona Leste), onde também é Pesquisador no Observatório de Lutas Urbanas (OLU-ICZL- UNIFESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3017-9657>.

**** Discente na UNIFESP. Atua no projeto "O Problema da Moradia, Territórios e as Formas de Luta e Resistência da População Negra na Cidade de São Paulo: História, Política e Estudo de Casos". Militante por moradia na zona leste da cidade de São Paulo junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - Leste 1. E-mail: antoniodemiranda@gmail.com.

Introdução

Eder Sader (1988, p.50), em seu livro sobre os movimentos sociais populares dos anos 1970 e 1980 da Grande São Paulo, afirma que a noção de sujeito “num enunciado (...)pressupõe a soberania do ator, num outro pressupõe sua sujeição”. Além dessa ambivalência do sujeito, o autor aponta para uma complexidade vislumbrada no pensamento de Félix Guattari que “prefere o termo ‘agenciamento coletivo de enunciação’-porque refere mais diretamente a expressão subjetiva aos processos singulares de constituição coletiva” (Sader, 1988, p. 53). Assim, enquanto “agenciamento coletivo de enunciação”, os processos de subjetivação e de constituição do sujeito coletivo não se dão no isolamento individual, mas em meio a múltiplas relações sociais e diversos agenciamentos¹ de multiplicidades heterogêneas, coletivas e rizomáticas. Tais processos são profundamente discutidos por Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995) no livro “Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia”.

Inspirado nesse livro, o presente texto utiliza a palavra “sujeito” para se referir sempre ao sujeito múltiplo, heterogêneo, coletivo e rizomático constituído por processos de subjetivação produzidos a partir de agenciamentos coletivos de poder e contra-poder, de sujeição e insurgência, de dominação e insubmissão. Nesse sentido, o objetivo deste texto é discutir o sujeito constituído em processos de subjetivação e em agenciamentos de lutas por um lugar de moradia. Enfoca o sujeito da ocupação periférica como um tipo de “sujeito periférico”, conforme aceção de Tiarajú Pablo D’Andrea (2013). O sujeito da ocupação periférica é constituído a partir de processos de subjetivação vividos em agenciamentos territoriais realizados em lutas por moradia e nas práticas de produção e apropriação de espaços urbanos periféricos, realizadas, de um lado, nas ocupações de terras e imóveis ociosos empreendidas por grupos que desejam um lugar de moradia e, de outro lado, na conquista desse lugar por meio da autogestão habitacional empreendida por militantes que também desejam um lugar para viver e morar na cidade de São Paulo.

Em relação aos sujeitos da ocupação periférica que agenciam suas lutas ocupando terras e imóveis ociosos periféricos, enfocamos aqueles que foram pesquisados no âmbito do Observatório de Lutas Urbanas do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (OLU-IC-Unifesp). Quanto ao sujeito da ocupação periférica que agencia a construção de um lugar de moradia periférica por meio da autogestão habitacional, enfocamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (MTST-Leste 1).

Entende-se que todos os processos de subjetivação e de constituição do sujeito da ocupação periférica ocorrem, de um lado, sob o domínio de macro estruturas políticas, econômicas, culturais, institucionais, regulatórias e tecnológicas inerentes à urbanização capitalista periférica e, de outro lado, a partir de insubmissões e desobediência civil manifestas em micro articulações corporais e intersubjetivas que se inscrevem em macro estruturas e confrontam instâncias de poder.

Sujeitos Soberanos e Sujeitos Sujeitados

Para Eder Sader, o sujeito coletivo consiste em “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (Sader, 1988, p. 55). Essas práticas podem ser entendidas como agenciamentos coletivos segundo elaboração de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). Segundo esses autores, os agenciamentos coletivos provocam “como sua consequência os processos relativos de subjetivação” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 18). Podemos usar essa afirmação para pensar que, dependendo do tipo de envolvimento da coletividade nesses agenciamentos, tais processos de subjetivação constituem tanto o sujeito soberano quanto o sujeito sujeitado. Sujeito soberano que exerce formas de poder de enunciação e sujeito sujeitado suscetível à incidência desse poder. E também sujeito sujeitado que exerce formas de contra-poder de enunciação que incide sobre o sujeito soberano.

¹ Para evidenciar o sentido do termo “agenciamento” utilizado neste texto, podemos exemplificar com as agências e dispositivos que atuam articulando agentes tais como, empregadores e empregados, operadores e investidores financeiros, motoristas e passageiros de veículos, consumidores e entregadores de produtos diversos, vendedores e consumidores de mercadorias, dentre outros. Todos esses agenciamentos envolvem agentes que agenciam articulações, relações, contatos, entrelaçamentos e conexões entre discursos e corpos humanos e não humanos, vivos e não vivos, animados e inanimados.

Tanto a relação de poder e dominação quanto o processo de subjetivação e de constituição do sujeito ocorrem, portanto, em agenciamentos coletivos nos quais agenciar é agir e construir articulações, fazer relações, agregar contatos, enlaçar entrelaçamentos e promover conexões entre discursos e corpos humanos e não humanos, viventes e não viventes, animados e inanimados, artificiais e naturais. Nesse sentido, os agentes desses agenciamentos são sujeitos coletivos que realizam ações, práticas e operações de vários tipos, em especial de poder e de contrapoder. Não raramente, o sujeito soberano do poder constituído nesses agenciamentos se defronta com o sujeito sujeitado do contrapoder constituído em contra agenciamentos. O sujeito sujeitado do contra-poder lida com o poder do sujeito soberano combatendo-o, escapando do seu jugo, questionando sua autoridade, criando territórios e modos alternativos de vida.

Os agenciamentos coletivos do sujeito soberano e do sujeito sujeitado que conjugam enunciados de discursos e articulações entre corpos são, respectivamente, o “agenciamento coletivo de enunciação” e o “agenciamento maquínico de corpos” (Deleuze; Guattari, 1995). O primeiro agenciamento gera processos de subjetivação e constituem sujeitos a partir da enunciação de discursos portadores de palavras de ordem que podem estar explícitas ou implícitas. Discursos próprios enunciados por sujeitos autônomos soberanos e discursos estranhos, do Outro, enunciados por sujeitos sujeitados. O segundo agenciamento também gera processos de subjetivação e constituem sujeitos a partir da articulação entre corpos, objetos e elementos da natureza que interagem no espaço e reagem uns sobre os outros afetando-se mutuamente formando redes de relações. Ambos os agenciamentos operam processos e relações em campos sociais cujas forças conformam e configuram territórios de poder do sujeito soberano e de contra-poder do sujeito sujeitado.

Os sujeitos da ocupação periférica, tanto os que acessam moradias e ocupam terras ociosas subvertendo o direito absoluto à propriedade privada, quanto os que se organizam em movimentos de luta por moradia e praticam a autogestão habitacional, operam “agenciamentos coletivos de enunciação” e “agenciamentos maquínicos de corpos”. No primeiro tipo de agenciamento, tais sujeitos enunciam discursos politicamente importantes sobre o ato de ocupar terras ociosas defendido como ação política que reivindica o cumprimento da função social da propriedade. Com isso, reivindicam o direito à moradia digna e à cidade a serem garantidos prioritariamente por meio da autogestão. No segundo tipo de agenciamento, os sujeitos da ocupação periférica maquinam uma grande quantidade de recursos humanos, materiais, financeiros, fundiários, institucionais, dentre outros, a fim de realizar suas ocupações de terras ociosas ou de construir moradias autogestionárias. Esses atos de acesso à terra urbana e à moradia digna constituem os aspectos práticos e concretos dos “agenciamentos maquínicos de corpos” que se expressam nos discursos emitidos pelos “agenciamentos coletivos de enunciação”. É importante ressaltar que, ao operarem esses dois tipos de agenciamentos, os sujeitos da ocupação periférica constituem-se coletivamente a partir das articulações entre seus discursos e suas práticas políticas. Ao realizarem as ocupações de terras ociosas e promoverem empreendimentos habitacionais autogestionários constituem-se como sujeitos soberanos que lutam e exercitam contrapoderes diante dos poderes de sujeições impostas pelas dominações, explorações, interdições, segregações, exclusões e destituições praticadas pelos agentes do Estado e do capital da urbanização capitalista. Agentes que também operam seus “agenciamentos coletivos de enunciação” e “agenciamentos maquínicos de corpos”, porém conforme seus interesses de classes privilegiadas e detentoras das riquezas socialmente produzidas.

A concretude e o pragmatismo dos agenciamentos constituintes de processos de subjetivação e de sujeitos, tanto soberanos quanto sujeitados, bem como de seus territórios envolvem necessariamente ocupações de espaços e lugares a partir dos quais os discursos são enunciados e nos quais interações entre corpos acontecem. Essas ocupações são inevitáveis, pois o ser, estar e agir cotidianamente nos espaços, lugares e territórios define as condições existenciais de todos os sujeitos, tanto soberanos quanto sujeitados. Nesse sentido, podemos falar nos sujeitos de ocupação enfocados neste texto como aqueles que se constituem em processos de subjetivação produzidos em “agenciamentos coletivos de enunciação” dos discursos contundentes sobre o ato de ocupar e em “agenciamentos maquínicos de corpos” intensamente mobilizados no ato territorial de ocupar um espaço e nele constituir um lugar para morar e viver.

Sujeitos da Ocupação Periférica

Entendemos que o sujeito da ocupação periférica pode ser visto também como um tipo de “sujeito periférico”, pensado por Tiarajú Pablo D’Andrea (2013) em sua tese de doutorado. Nesta tese, o autor apresenta

múltiplos discursos sobre a periferia emitidos por agentes cujos processos de subjetivação os constituíram como “sujeitos periféricos” quando ocorridos em ações políticas. Na década de 1990,

surgiu uma nova subjetividade por meio de uma intensa luta para se colocar no mundo e se perceber por meio do *orgulho*, e não do *estigma*. Quando o indivíduo portador dessa nova subjetividade age politicamente é denominado (...) como sujeito periférico (D’Andrea, 2013, p.14).

A constituição dos “sujeitos periféricos” implica no “agenciamento coletivo de enunciação” de discursos que opera em conjunto com o “agenciamento maquínico de corpos”. Em suas análises, o autor prioriza o primeiro tipo de agenciamento ao focar os discursos dos “sujeitos periféricos” sobre as periferias, enunciados na década de 1990. Dentre os discursos analisados pelo autor destacam-se aqueles emitidos no chamado “campo da cultura” e, em especial, os que estão presentes na obra do grupo de rap RacionaisMC’s. Em análises minuciosas das letras de rap compostas pelos membros desse grupo, D’Andrea (2013, p. 47) detecta a presença do “discurso da ‘falta’ que “enfatizava os elementos da pobreza e violência”.

O “discurso da ‘falta’” presente nas músicas do Racionais MC’s também foi detectado por Eder Sader na gênese dos movimentos sociais populares das décadas de 1970 que colocavam “suas carências, tanto de bens materiais necessários à sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade”. Desse modo, tais movimentos sociais se constituem por meio dos discursos que exprimem aquilo que falta e, portanto, faz parte das suas “demandas de reprodução material e de reconhecimento simbólico” (Sader, 1988, p. 58).

Ao analisar a “matriz discursiva” nas letras de rap do grupo Racionais MC’s, D’Andrea (2013, p. 47) nota a presença de algo além do “discurso da ‘falta’”. Para ele, apesar de acentuar esse discurso, “o grupo (Racionais MC’s) e o movimento cultural que o circunda jamais deixaram de mencionar o que ‘existe’ na periferia bem como a potencialidade da sua população”.

Após esmiuçar os significados das letras de rap do grupo Racionais MC’s e identificar sete temáticas discutidas uma por uma, D’Andrea aponta para suas quatro matrizes políticas que são também discursivas. Podemos dizer que os agenciamentos coletivos dessas letras enunciam discursos que constituem o “sujeito periférico” o qual, além da constituição mencionada anteriormente (“orgulho periférico” e ação política), constitui-se também a partir da experiência compartilhada de “morar na periferia”. Para o autor,

Morar na periferia se contrapõe a habitar regiões mais bem estruturadas da cidade e com melhor poder aquisitivo. É possuir uma experiência urbana calcada fundamentalmente na *segregação socioespacial*, com grandes deslocamentos pela cidade no trajeto trabalho-moradia ou mesmo quando da procura de serviços somente oferecidos em bairros melhor estruturados (Idem, 139).

Dentre as acepções elaboradas por D’Andrea (2013, p. 172-173) a respeito do sujeito, acompanhado pela “auto atribuição *periférico*”, vale destacar duas por sua proximidade com a ambivalência entre sujeição e soberania do sujeito da ocupação periférica. Trata-se da acepção do “sujeito como assujeitado”, ou seja, como “alguém que está sujeito a alguma situação ou condição, que não dispõe dos meios para modificar tal situação”. Segundo essa acepção, o “*sujeito periférico*(...) se constitui pelo seu assujeitamento às condições e situações periféricas da qual faz parte, está emaranhado e não pode controlar. Situações essas produzidas por determinantes macropolíticos da urbanização capitalista periférica”.

Trata-se também da acepção do sujeito como “conhecedor/fazedor”, ou seja, como alguém que, nos processos e relações micropolíticas, “propõe objetivos e pratica ações. Que domina algo. Que conhece algo. Que propõe conhecer algo, em contraposição ao que é conhecido ou é objeto. Que pratica ações a partir do conhecimento que detém”. Segundo essa acepção o “*sujeito periférico* é quem tomou posse de sua condição periférica. Quem descobriu e assumiu essa condição. Quem transmutou-se de ser passivo a ser ativo dessa condição. De periférico em si para periférico para si” (D’Andrea, 2013, p. 173).

Ambas as acepções são importantes para concebermos o sujeito da ocupação periférica que pode constituir-se, simultaneamente, tanto na condição de “assujeitado” como de “conhecedor/fazedor”. Isso significa

que o sujeito da ocupação periférica, ao constituir-se nos agenciamentos intrínsecos ao ato de ocupar um imóvel ou porção de terra urbana, encontra-se sujeitado “às condições e situações periféricas da qual faz parte” e, desse modo, submetido às “espoliações urbanas” conforme definição de Lúcio Kowarick (1991), ao mesmo tempo em que “praticar ações a partir do conhecimento que detém” transmutando-se “de ser passivo a ser ativo” na geração daquilo que podemos chamar como território de ocupação. Nesta denominação, o termo “ocupação” impregna o território com um sentido político de tomada de posse ligado ao contra-poder exercido em confronto com as dominações impostas no processo de produção segregada dos espaços intra-urbanos da cidade capitalista.

O ato de ocupação cria territórios-zona e territórios-rede, conforme definições de Rogério Haesbaert (2014). Segundo este autor, o território é um conceito político. Portanto, é constituído por relações, práticas e exercícios de poder e de contra-poder. Nesse sentido, assume-se que os sujeitos da ocupação periférica se constituem em “agenciamentos coletivos de enunciação” de discursos e em “agenciamentos maquínicos de corpos” que geram, no espaço ocupado, territórios-zona, configurados como um espaço de poder, e territórios-rede mobilizados em práticas de poder sobre o espaço. São agenciamentos de lutas pela apropriação de um espaço, de um pedaço de terra urbana, de um lugar de moradia.

Agenciamentos de Lutas dos Sujeitos da Ocupação Periférica

O ato de ocupar um espaço é um ato político de conquista e dominação, mas também de resistência e insubmissão social e territorial. No Brasil, movimentos sociais utilizam a palavra “ocupação” para se referir à tomada de posse de imóveis e terras urbanas ociosas, realizada como ato político de luta pelo direito à cidade e à moradia. Esse ato para obter um lugar para viver e morar na cidade é feito em agenciamentos de sujeitos periféricos assujeitados e conhecedores/fazedores, conforme acepções de D’Andrea (2013), organizados ou não em movimentos de luta por moradia.

Conforme mencionado anteriormente, a ocupação do espaço possui um sentido existencial que aparece na condição periférica em que o território de moradia é imprescindível para a manutenção e reprodução da vida que acontecem em agenciamentos coletivos que geram territórios populares. Como esses agenciamentos funcionam? No caso dos sujeitos da ocupação periférica considerados neste texto, funcionam, sobretudo, nas lutas pelo acesso à terra e pela existência/sobrevivência realizadas na resistência contra a sujeição aos determinantes macropolíticos da urbanização capitalista industrial e pós-industrial.

As lutas micropolíticas dos sujeitos da ocupação periférica são os focos das observações realizadas na pesquisa desenvolvida no Observatório de Lutas Urbanas da Unifesp. Neste texto destacamos as lutas: da comunidade que vive na Favela de Vila Prudente; da Ocupação de Mulheres Tereza de Benguela; das Comunidades da Paz, Miguel Inácio Curi e Francisco Munhoz; da Ocupação Copa do Povo; da Ocupação Viva Jardim Julieta; da Ocupação Elza Guimarães; da Ocupação Parada Pinto; da Ocupação Imirim; da comunidade do Sapo; da comunidade Futuro Melhor; da Ocupação Mauá; da Casa Helenira Preta de Referência para Mulher; da Ocupação Manoel Aleixo; da Casa de Referência das Mulheres Laudelina de Campos Melo; da Ocupação Carolina Maria de Jesus²; da Ocupação dos imigrantes: Jean-Jacques Dessalines (2021); dos Povos Indígenas da Terra Indígena Jaraguá e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1. Cada uma dessas lutas envolve vários sujeitos da ocupação periférica na Região Metropolitana de São Paulo e apresentam uma série de atributos e características que trataremos de evidenciar e analisar.

Dessa forma, um primeiro atributo que convém destacar é o “agenciamento maquínico de corpos” mobilizado no ato de ocupação de uma porção de terra periférica. Esse ato requer planejamento prévio da escolha da gleba a ser ocupada, da data e horário de ocupação, dos papéis de cada um, principalmente das lideranças, no momento de ocupar, das ferramentas e materiais a serem utilizados nas construções dos barracos, dentre outras medidas. Requer também estratégias de negociação e resistência para permanecer no espaço ocupado. Tais estratégias compõem a luta e a arte do fazer acontecer, a potencialidade de agenciar elementos da realidade por meio da “sevirologia”³, conceito proposto por José Soró para se referir ao fazer, criar e inventar a vida em territórios periféricos observando seus recursos, possibilidades e potências. Dentre as várias aplicações da

² Ver Martins (29 de maio de 2021).

³ Ver apresentação de José Soró da Comunidade Cultural Quilombaque no 10º Encontro Paulista de Museus - SISEM-SP (2018).

“sevirologia” na ocupação destacam-se a autoconstrução e a autogestão que os sujeitos realizam em suas lutas pela obtenção da moradia.

As estratégias de luta utilizadas na ocupação agenciam formas de comunicação e publicização em redes sociais que disseminam enunciados, discursos e informações sobre a ocupação para alertar a sociedade em sua defesa explicando sua importância, sentido político e necessidade social do espaço ocupado. Nesse sentido, o “agenciamento coletivo de enunciação” de discursos sobre o ato de ocupar e sobre a ressignificação do espaço ocupado acontece de duas maneiras. Na primeira, enunciam a mudança de funcionalidade dos espaços ocupados para o cumprimento da função social da propriedade urbana nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Tais enunciados, respaldados juridicamente, contribuem para a legitimação social e política da ocupação em contraponto à criminalização enunciada em discursos que utilizam o termo “invasão”. Na segunda, os sujeitos da ocupação periférica enunciam o nome da ocupação escolhido como signo coletivo no espaço periférico. Por exemplo, a Ocupação Mauá⁴ que se encontra na Rua Mauá no centro da cidade de São Paulo e as Ocupações Viva Jardim Julieta, Elza Guimarães, Parada Pinto e Imirim, todas na zona norte da cidade de São Paulo e cujos nomes remetem a bairros, avenidas e ruas periféricas onde estão esses territórios de ocupação. Os nomes das ocupações também enunciam questionamentos críticos sobre os contextos de luta em que estão inseridos, como é o caso da Ocupação Copa do Povo⁵. Remetem a nomes de pessoas que são símbolos da memória e da história de lutas e resistências do passado como, por exemplo, as Ocupações Manoel Aleixo e a Casa Helenira Preta de Referência para Mulher, ambas localizadas na cidade de Mauá⁶, a Ocupação dos imigrantes Jean-Jacques Dessalines no distrito da Liberdade em São Paulo, a Ocupação Carolina Maria de Jesus e a Ocupação de Mulheres Tereza de Benguela⁷. As duas últimas localizadas na zona leste da cidade de São Paulo.

É importante pensar nas lutas dos sujeitos da ocupação periférica como potencialidades desenvolvidas dialeticamente contra a sujeição. Desse modo, há que se considerar que todas essas lutas geram territórios populares imprescindíveis para a manutenção e reprodução da vida desses sujeitos. A seguir, com a intenção de mostrar outra face das lutas dos sujeitos da ocupação periférica, apresentamos uma breve discussão sobre as práticas de autogestão habitacional realizadas por membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste.

Agenciamentos Habitacionais Autogestionários do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1

Na música Castelo de Madeira, do grupo de rap periférico “A Família” (2004), ouve-se a seguinte frase de abertura: “Milhões de brasileiros não têm teto, não têm chão/ Eu sou apenas mais um na multidão.” Na sequência, a música retrata a vida de um sujeito morador de favela e todas as problemáticas que envolvem seu lugar de moradia. Adiante, na quarta estrofe, o grupo canta: “Mil avisos, periferia desestruturada/ Mil “muleque louco”, no crime mostra a cara/ Centenas de vezes vi a cena se multiplicar/ Quando cheguei aqui não tinha ninguém, agora tem “uma pá”⁸.

Essa música, bastante tocada nas rádios do Brasil, retrata a condição do sujeito desgarrado do coletivo, que vive em aprisionamento material e subjetivo no desejo insatisfeito. Não há vida para além desse aprisionamento. As noções de “política”, “projetos”, “direitos” e “organização coletiva” que poderiam romper com essa condição não aparecem na música. Quando imaginamos o encontro entre o sujeito sujeitado da música e os movimentos sociais, temos agenciamentos que transformam os processos de subjetivação desse sujeito

⁴ Sobre essa Ocupação, consultar texto do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Trata-se de um espaço socialmente periférico no centro da cidade.

⁵ A Ocupação que surgiu no contexto de Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil em 2014 escancarando as contradições entre os investimentos públicos feitos num evento dessa magnitude - cuja abertura ocorreu na Arena Corinthians localizada a menos de quatro quilômetros de distância da Ocupação Copa do Povo - e a necessidade da garantia universal do direito básico à moradia digna. Ver Mekari (12 jun. 2014).

⁶ Município localizado na periferia sudeste da metrópole paulistana. Ver DGABC(23 abr. 2021). E também Fiocruz: *A luta de centenas de famílias da Ocupação Mauá por moradia* (<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-a-luta-de-centenas-de-familias-da-ocupacao-maua-por-moradia>).

⁷ Ver MTST (07 set. 2018).

⁸ A gíria “uma pá” é uma gíria bastante difundida nas periferias da cidade de São Paulo. Ela significa basicamente “bastante ou muito”. No caso da música, ela significa “muitas pessoas”.

constituindo-o como “sujeito conhecedor/fazedor” capaz de realizar a ocupação periférica como “linha de fuga” da sua prisão material e subjetiva. O “sujeito conhecedor/fazedor” passa a reivindicar direitos, outros mundos e outra vida. E o ponto fundamental aqui é que os novos agenciamentos geram regimes de enunciação e de composições de corpos que passam, invariavelmente, por processos coletivos de subjetivação que constituem os sujeitos da ocupação periférica que atuam nos movimentos sociais.

Para entendermos essa constituição do sujeito da ocupação periférica atuante no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 lancemos um olhar para as práticas de produção de dois dos seus territórios habitacionais construídos por meio de mutirões: o empreendimento habitacional José Maria Amaral e o Florestan Fernandes localizados na Cidade Tiradentes, Zona Leste do município de São Paulo. Busquemos entender os processos de constituição do sujeito coletivo da autogestão habitacional a partir dos processos de subjetivação vividos por aqueles que passam a integrar as fileiras do Movimento. Para isso, a militância de um dos autores deste texto no Movimento, a dissertação de mestrado de Edilson Henrique Mineiro, também militante do Movimento, e o documentário “Os Mutirões da Leste 1” (2020), produzido pelo próprio Movimento, são de grande ajuda.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (MTST-Leste 1) é uma organização filiada à Central dos Movimentos Populares (CMP) e à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP). Essa última é uma entidade de representação estadual da União Nacional dos Movimentos por Moradia Popular (UNMP). Popularmente conhecido como “Leste 1” ou “A Leste”, é um movimento de luta por moradia digna da classe trabalhadora periférica paulista que nasceu em 1987. Seu nome se refere à periferia da Zona Leste do município de São Paulo e enuncia todo um discurso sobre as lutas sociais históricas realizadas pela classe trabalhadora que vive nessa parte da cidade⁹.

Os primeiros mutirões que iniciaram a prática de autogestão da Leste 1, localizados no Jardim São Francisco, mostram um jeito especial de ocupação periférica por meio da produção de territórios habitacionais bem projetados e construídos. O início desses mutirões coincide com o começo da chamada redemocratização brasileira, em meados da década de 1980, quando os movimentos sociais protagonizavam a cena política do país. Em São Paulo, os movimentos de luta por moradia ganharam força e impulsionaram suas ações junto à gestão da então prefeita Luiza Erundina (1989-1992).

Os mutirões da Leste 1 mostram, concomitantemente a outros movimentos de luta por moradia, a utilização do conceito de autogestão enquanto uma metodologia de luta de trabalhadores e trabalhadoras pela obtenção de uma moradia digna. Essa metodologia envolve as formas de organização e de ação coletiva na compra do terreno, escolha do projeto habitacional elaborado por assessorias técnicas e definição das comissões para a coordenação e execução das várias tarefas de gestão dos recursos e construção do empreendimento pelos mutirantes. Todas essas organizações e ações ocorrem em “agenciamentos coletivos de enunciação” e em “agenciamentos coletivos de corpos” e passam necessariamente pela deliberação coletiva. Nesses agenciamentos práticos, se for necessário criar setores para cuidar de demandas coletivas, as famílias decidem como fazer isso, juntas, democraticamente. A autogestão implica, portanto, em agenciamentos e subjetivações que constituem o sujeito de direito e geram o protagonismo coletivo em todo o processo de luta por moradia¹⁰. Nesse sentido, no documentário “Os Mutirões da Leste 1”, vale a pena destacar a fala de José Benício Rodrigues, mutirante e, por um tempo, coordenador do mutirão 26 de Julho:

(...) muito mais do que a casa, que era o foco, que era o principal, a gente aprendeu a ter dignidade, né? Nós aprendemos que nós temos direito (...)Pranós, e promeio que nós vivemos, nesses movimentos sociais, a gente aprende, a gente conhece. É uma verdadeira *unicidade*.

Esse tipo de relato, corriqueiro entre os mutirantes da Leste 1, evidencia a subjetivação que o movimento social exerce na constituição dos sujeitos de luta pelo direito à cidade. E esse é um passo extremamente importante para a obtenção da cidadania, pois, na medida em que a prática da autogestão mostra que há outros

⁹ Ver também RBA (20 mar. 2018); Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-a-luta-de-centenas-de-familias-da-ocupacao-maua-por-moradia>).

¹⁰A este respeito, consultar UNMP (2019).

direitos para serem conquistados, abre-se horizontes para apresentações de outras demandas. Ou seja, a luta dificilmente termina com a conquista da moradia em si. A partir dessa luta, na verdade, os mutirantes passam a lutar por melhores condições de vida de uma forma mais totalizante. Demandas por educação, saúde, emprego, cultura e lazer passam a emergir enquanto desejos alcançáveis.

No presente, a Leste 1 está lutando para a conclusão de dois mutirões, a saber, os mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes. Localizados na Cidade Tiradentes, bairro do extremo leste da cidade de São Paulo. Trata-se de dois mutirões separados, formalmente, porém localizados dentro de um mesmo terreno. O que acontece é que para fins de construção por mutirão, foi necessário separar em dois empreendimentos diferentes. Porém, como o terreno é um só e a luta pela terra é a base da luta por moradia, sempre que tratamos de um mutirão, também estamos automaticamente tratando do outro (Mineiro, 2020).

Os mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes, contratados pela Leste 1 entre os anos de 2008 e 2009, ainda não foram finalizados. Depois da contratação do terreno foi formada uma coordenação que abarcou todas as instâncias envolvidas no empreendimento. Essa coordenação foi composta por representantes das comissões organizadas pelos mutirantes, pela coordenação executiva da Leste 1, pela assessoria técnica que elaborou o projeto arquitetônico e acompanhou a obra e pela equipe de trabalho social. Assim, todas as decisões, normalmente tomadas em reuniões semanais e assembleias, passavam pela representação democrática de todos os envolvidos no empreendimento (Mineiro, 2020, p.173-174). Todos os temas, problemas e soluções foram e continuam sendo devidamente discutidos em uma assembleia geral mensal. Nesse espaço comum, todos os mutirantes são encorajados a participar dando suas ideias e colocando suas questões.

Assim, muitos mutirantes tiveram seu primeiro aprendizado prático sobre uma forma de democracia que estava além da democracia representativa brasileira. Nos mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes, a partir da autogestão, os trabalhadores e trabalhadoras ficaram e continuam imersos num processo mais participativo do que essa forma de democracia representativa.

Outro processo que vale a pena destacar é a participação dos mutirantes nas ações diretas: as manifestações em frente a instituições governamentais, paralisações de avenidas e atos por outras questões ligadas à produção e reprodução das políticas públicas de habitação para as classes trabalhadoras. Essa atuação dos mutirantes é encorajada desde o início da sua entrada no Movimento de Trabalhadores Sem Terra Leste 1. Com isso, os mutirantes não passam só a conhecer os seus direitos, mas a brigar por eles de forma ativa lutando contra as sociabilidades e condições desiguais que parecem prisões intransponíveis e paralisantes.

Considerações Finais

Este texto discute a constituição de sujeitos da ocupação periférica e de seus territórios populares a partir dos processos de subjetivação presentes nos “agenciamentos coletivos de enunciação” e em “agenciamentos maquínicos de corpos”. Busca mostrar que os processos de subjetivação e de constituição desses sujeitos se dão necessariamente em lutas nas quais se realizam agenciamentos coletivos de discursos e corpos que implicam, simultaneamente, na sujeição à macropolítica espoliativa da urbanização capitalista periférica e na soberania micropolítica efetivada em relações, articulações, interações e conexões intersubjetivas e entre elementos mobilizados nas práticas de ocupação de terrenos e imóveis ociosos e de produção da moradia por meio da autogestão habitacional. Com isso, sugere-se que os processos de subjetivação e de constituição dos sujeitos da ocupação periférica se dão em conjunto com a produção de territórios na periferia onde se luta para constituir um lugar para morar e viver na cidade.

Referências

BRANDALISE, Camila. *Grupo ocupa casa abandonada em SP para ajudar mulheres vítimas de violência*. In: UNIVERSA UOL. 29 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/29/grupo-ocupa-casa-abandonada-em-sp-para-ajudar-mulheres-vitimas-de-violencia.htm>>. Acesso em 03 jun. 2021.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado (Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1995.

DGABC. *Famílias de Mauá protestam contra leilão que ameaça a remoção de duas ocupações*. In: Diário do Grande ABC. 23 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/3708005/familias-de-maua-protestam-contraleilao-que-ameaca-a-remocao-de-duas-ocupacoes>>. Acesso em 03 jun. 2021.

FIOCRUZ. *A luta de centenas de famílias da Ocupação Mauá por moradia*. In: Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-a-luta-de-centenas-de-familias-da-ocupacao-maua-por-moradia/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LABCIDADE. *PPP habitacional ameaça mais de 6.000 famílias na cachoeirinha, na zona norte de São Paulo*. In: LabCidade. Set. 2020. Disponível: <http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/JornaldaPPP_digital_alta.pdf>. Acesso em 03 jun. 2021.

MARTINS, Lucas. *Uma ocupação, duas Carolinas, muitas histórias*. In: Jornalistas Livres. 29 de maio de 2021. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/uma-ocupacao-duas-carolinas-muitas-historias/>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MEKARI, Danilo. *Ocupação Copa do Povo: estamos aqui pelo nosso direito à cidade*. In: Portal aprendiz UOL. 12 jun. 2014. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/06/12/ocupacao-copa-do-povo-estamos-aqui-pelo-nosso-direito-a-cidade/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. *Documentário Nasce Ocupação dos imigrantes*: Jean-Jacques Dessalines. Produção: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0DrqvX_830w>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE 1. *Documentário Os Mutirões da Leste 1*. Produção: Fera Filmes. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=enYeulGpJjw&t=418s>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MTST. *As lutas, a reintegração arbitrária, a vitória e a tão esperada retomada do espaço de acolhimento das mulheres pelo MTST*. In: MTST Notícias. 07 set. 2018. Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/espaco-de-acolhimento-das-mulheres-ocupacao-tereza-de-benguela-e-retomada-pelo-mtst-em-sp/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

MINEIRO, Edilson Henrique. *Limites e desafios institucionais da produção habitacional autogestionária no Brasil*. Dissertação de mestrado (Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

RBA. *Movimentos ocupam ministério em defesa do Minha Casa Minha Vida Entidades*. In: Rede Brasil Atual. 20 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/03/movimentos-de-moradia-ocupam-ministerio-das-cidades-minha-casa-minha-vida-entidades/>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

ROLNIK, Raquel et al. *O conflito que o judiciário paulista ignora na remoção de 400 famílias em São Paulo*. In: LabCidade. 26 jun. 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/o-conflito-que-o-judiciario-paulista-ignora-na-remocao-de-400-familias-em-sao-paulo/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SISEM-SP. *Fazendo Juntos: gestão e governança*. In: 10º Encontro Paulista de Museus. 19 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YCYteXGkIvA>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

UNMP. *Cartilha de autogestão em habitação*. In: União Nacional por Moradia Popular. 2019. Disponível em: <<https://autogestao.unmp.org.br/cartilhas/confira-aqui-a-cartilha-de-autogestao-em-habitacao-lancada-nesta-quarta-pela-uniao/>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

o, 1991.